



2021.2 . Ano xxxviii . Número 42

CALÍOPE

Presença Clássica

2021.2 . Ano xxxviii . Número 42

CALÍOPE

Presença Clássica

ISSN 2447-875X

Dossiê sobre Xenofonte
(separata 7)

organizadores do dossiê:
Luis Filipe Bantim de Assumpção | Rainer Guggenberger

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas
Departamento de Letras Clássicas da UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
REITOR Denise Pires de Carvalho

CENTRO DE LETRAS E ARTES
DECANA Cristina Grafanassi Tranjan

FACULDADE DE LETRAS
DIRETORA Sonia Cristina Reis

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS CLÁSSICAS
COORDENADOR Rainer Guggenberger
VICE-COORDENADOR Ricardo de Souza Nogueira

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS
CHEFE Simone de Oliveira Gonçalves Bondareczuk
SUBSTITUTO EVENTUAL Fábio Frohwein de Salles Moniz

EDITORES
Fábio Frohwein de Salles Moniz
Rainer Guggenberger

CONSELHO EDITORIAL
Alice da Silva Cunha
Ana Thereza Basílio Vieira
Anderson de Araujo Martins Esteves
Arlete José Mota
Auto Lyra Teixeira
Ricardo de Souza Nogueira
Tania Martins Santos

CONSELHO CONSULTIVO
Alfred Dunshirn (Universitat Wien)
David Konstan (New York University)
Edith Hall (King's College London)
Frederico Lourenço (Universidade de Coimbra)
Gabriele Cornelli (UNB)
Gian Biagio Conte (Scuola Normale Superiore di Pisa)
Isabella Tardin (Unicamp)
Jacyntho Lins Brandão (UFMG)
Jean-Michel Carrié (EHES)
Mária de Fátima Sousa e Silva (Universidade de Coimbra)
Martín Dinter (King's College London)
Victor Hugo Méndez Aguirre (Universidad Nacional Autonoma de México)
Violaine Sebillote-Cuchet (Université Paris 1)
Zelia de Almeida Cardoso (USP) – *in memoriam*

CAPA
Busto de Xenofonte, c. 323-30 a.C. Museu de Antiguidades (Biblioteca de Alexandria, Egito).

EDITORAÇÃO
Fábio Frohwein de Salles Moniz | Rainer Guggenberger

REVISORES DO NÚMERO 42
Arthur Rodrigues Pereira Santos | Fábio Frohwein de Salles Moniz | Rainer Guggenberger | Ricardo de Souza
Nogueira | Ticiano Curvelo Estrela de Lacerda | Vinicius Francisco Chichurra

REVISÃO TÉCNICA
Fábio Frohwein de Salles Moniz

Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas | Faculdade de Letras – UFRJ
Av. Horácio Macedo, 2151 – sala F-327 – Ilha do Fundão 21941-917 – Rio de Janeiro – RJ
www.lettras.ufrj.br/pgclassicas – pgclassicas@letras.ufrj.br

Xenofonte *vs.* historiador de Oxirrinco:¹ a eclosão da Guerra de Corinto²

César Fornis

RESUMO

No presente trabalho, são contrastadas e analisadas criticamente as fontes literárias que se referem, sob diferentes interesses e abordagens, aos acontecimentos que levaram ao estopim da Guerra de Corinto. Vamos nos concentrar particularmente nos relatos detalhados e contemporâneos de Xenofonte e no testemunho anônimo do historiador de Oxirrinco, que apresentaram fortes discrepâncias e ofereceram explicações distintas da gênese do conflito.

PALAVRAS-CHAVE

Xenofonte; Anônimo de Oxirrinco; Guerra de Corinto

SUBMISSÃO 16.12.2021 | APROVAÇÃO 22.2.2022 | PUBLICAÇÃO 1.9.2022

DOI <https://doi.org/10.17074/cpc.v1i42.48942>

N

ão consideramos exagerado afirmar que a gênese da guerra de Corinto (395-386 a.C.) – bem como as suas causas, que aparecem naturalmente entrelaçadas – deu-se por uma questão mais intrincada e complexa, aquela que os especialistas enfrentam desde que essa área de conhecimento se emancipou.³ Essa complexidade nasce da própria natureza e credibilidade das fontes que os historiadores da Antiguidade utilizaram. O presente trabalho não pretende encontrar uma resposta para todos os problemas que rodeiam os preâmbulos desse conflito pan-helênico, o qual se seguiu à Guerra do Peloponeso e que, com o seu pesado consumo de recursos humanos e econômicos, marcou o futuro da Grécia e de suas *pólis*.⁴ O nosso objetivo é mais modesto: apresentar e contrastar, criticamente, as fontes literárias que aludem, com diferentes interesses e abordagens, aos acontecimentos que levaram à eclosão do conflito. Deve-se notar que nos concentraremos, essencialmente, nos dois fatores que imediatamente explicam ou determinam o início da guerra, e não tanto em outros mais distantes no tempo que, indubitavelmente, impactaram esses acontecimentos bélicos em maior ou menor grau – as raízes da guerra remontam a, pelo menos, uma década ao final da guerra do Peloponeso, com a tomada dos espólios de guerra por Esparta e o conseqüente e progressivo descontentamento de seus aliados – mas que já tratamos em outro texto.⁵

Embora a Guerra de Corinto tenha recebido o nome do local que vivenciou boa parte das evoluções militares, o istmo de Corinto, o conflito foi engendrado e retomado na Grécia central. É conhecida a cadeia de acontecimentos que, partindo de um conflito local, de natureza limítrofe e de certeza secular (relacionado às duas Lócridas), aconteceu no período de bonança (primavera-verão) de 395 até terminar em um enfrentamento interestatal, pan-helênico na verdade, ainda que haja pontos obscuros provenientes da dissonância entre as nossas duas fontes principais – Xenofonte e o autor anônimo das *Helênicas de*

Oxirrínco, batizado como P pelos críticos modernos⁶ – quando se trata de analisar adequadamente os fatos.⁷ Ambos concordam, no entanto, em apontar a facção tebana antilacônica chefiada por Andróclidas e Ismêneas – o historiador de Oxirrínco acrescenta um terceiro *prostátes*, Antiteu – como a indutora e a responsável final pela abertura das hostilidades. Isso não impede o historiador de Oxirrínco, de modo muito mais explícito e honesto que Xenofonte, de demarcar o comportamento dos antilacônicos no clima de *stasiasmós* que acometia a vida e, em particular, a arena política tebana, na qual o grupo laconizante de Leontíades tinha se beneficiado em demasia da hegemonia espartana bem estabelecida na Hélade.⁸

Desde a descoberta dos *fragmenta Londinensia* do papiro de Oxirrínco, em 1906, liderados por seus editores Grenfell e Hunt,⁹ uma ampla seção da historiografia moderna culpou Xenofonte por silenciar os efeitos que o imperialismo selvagem dos lacedemônios trouxe e continuou trazendo para as cidades gregas, exacerbando a tensão das inquietantes relações socioeconômicas e políticas entre os diferentes estratos da população cidadã nas *póleis*.¹⁰ Nesse ponto, aliás, como ao longo de toda a sua história, P estabelece uma distinção escrupulosa e necessária entre beócios e tebanos que desaparece em Xenofonte, interessado em apresentar os seus odiados tebanos como *hegemónes* ilegítimos da federação beócia e, conseqüentemente, usurpadores dos direitos políticos de todos os beócios. No entanto, ambas as fontes reconhecem que os tebanos antilacônicos não tinham outra forma de forçar a guerra a não ser recorrendo ao engano (*ἀπάτη*), o que nos dá uma ideia do equilíbrio de forças na política interna tebana e, por extensão, na Beócia.¹¹

Assim, a faixa de terra para pastagens entre as duas Lócridas se tornou a maçã de Éris nessa conjuntura – embora Pausânias também fale do cultivo de trigo – cujo domínio e exploração foram reivindicados por duas cidades fronteiriças (*ἀμφισβητήριμος χώρα*): de um lado, estão os focídios, do outro lado, não está claro se estavam os lócrios ozólios ou ocidentais – como afirmam as *Helênicas de Oxirrínco* e Pausânias – ou os lócrios

opúntios ou orientais – como afirma Xenofonte.¹² Numa dinâmica de matizes ancestrais, um e outro pastoreavam periodicamente nesta área, o que provocou a reação imediata dos vizinhos, que praticavam a pilhagem dos rebanhos. Se, na maioria dos casos, ambos recorreram a procedimentos judiciais para resolver o litígio, noutras, essa situação conduzia a um conflito armado, sempre de dimensão local. Pois bem, todas as nossas fontes apontam que essa disputa pela fronteira entre lócrios e focídios foi explorada pelos líderes da facção antilacônica de Tebas, cujo espírito belicista estava empenhado em promover uma guerra contra a *arché* lacedemônia.

O fato é que, para Xenofonte (*Hel.* 3.5.3-4), Andróclidas e os seus aliados incitaram secretamente os lócrios,¹³ sejam eles quais forem, a coletar dinheiro ou riqueza (*χρήματα τελέσαι*)¹⁴ no território de disputa e discórdia, o que originou, como resposta, sem dúvida excessiva em relação aos processos anteriores, uma invasão militar na Lócrida pela Fócida.¹⁵ Então, os *prostátai* tebanos antilacônicos invocaram o *casus foederis* com os lócrios para convencerem, sem aparente dificuldade,¹⁶ os quatro *boulaí* federais da Beócia da necessidade de virem em defesa de seus aliados invadidos, aos quais se juntou uma *symmachía*, enquanto os focídios enviaram uma embaixada a Esparta para solicitar a ajuda de seu tradicional aliado.¹⁷

No relato anônimo de Oxirrínco (18.2-4), o resultado final é o mesmo, embora alguns detalhes relevantes variem. Aqueles que são convencidos pelos tebanos antilacônicos a realizar uma incursão na fronteira não são os lócrios, mas os focídios, o que, à primeira vista, parece muito estranho em virtude da tradicional relação de hostilidade entre eles e os tebanos.¹⁸ Em retaliação, os lócrios roubaram o gado dos focídios e estes, novamente instigados por “aqueles avisados pelos emissários de Andróclidas e Ismêniás” (*οἱ περὶ τὸν Ἀνδροκλε [...] δαν καὶ τὸν Ἰσμην [...] ἀν παρεσκεύασαν*), organizaram uma expedição de punição contra a Lócrida. A rigor, de acordo com a lei helênica das cidades, essa penetração dos focídios além de suas fronteiras no território dos lócrios constitui o *casus belli* do conflito.¹⁹ O envio de embaixadas a

Tebas e Esparta em busca de ajuda não muda substancialmente no que diz respeito a Xenofonte – apenas porque o apelo da Fócida a Esparta ocorre antes da invasão beócia em seu território, não depois, bem como seus argumentos são muito menos persuasivos para os *hómoioi* do que deseja Xenofonte – mas, o relato de Oxirrínco imediatamente introduz outra novidade: a exortação espartana aos beócios de não invadir a Fócida e submeter o problema à assembleia dos aliados, o que foi rejeitada por alguns beócios instruídos “pelos mesmos que inventaram o engano e todo esse assunto” (αὐτοῦς τῶν καὶ τὴν ἀπάτην καὶ τὰ πράγματα ταῦτα συστήσαντων).²⁰ Portanto, aqui os lacedemônios não parecem destilar aquele ardor guerreiro que Xenofonte lhes atribui – pelo menos não é caso de todas as facções que povoavam a complexa arena política espartana – visto que se tenta uma mediação diplomática para evitar o conflito sem danificar a imagem do *hegemón* helênico.

A subsequente invasão da Fócida pela Beócia, que afetou as áreas superiores do vale do Cefiso, não muito longe da fronteira com a Lócrida Opúntia, está completamente ausente do relato de Xenofonte, mas é descrita em detalhes pelo anônimo Oxirrínco (18.5), que narra a pilhagem dos campos dos parapotâmios, dos daulios e fanoteus, uma incursão na planície de Elateia e os ataques infrutíferos às cidades de Híámpolis e Daulia, embora os beócios tenham conseguido apoderar-se dos subúrbios (προάστιον) de Fanoteia.²¹

Em vez de mencionar a tentativa de arbitragem e a campanha dos beócios na Fócida, Xenofonte (*Hel.* 3.3.5) concentra toda a sua atenção em mostrar os espartanos orgulhosos com a possibilidade de acertar contas com os tebanos, a quem eles censuraram com uma longa lista de queixas que datavam do final da Guerra do Peloponeso, na qual constavam: a reivindicação tebana do dízimo de Apolo do saque tirado de Decélia e a sua recusa em participar da expedição lacedemônia ao Pireu – também convencendo os coríntios a fazerem o mesmo – sendo esta a mesma conduta que observaram posteriormente a respeito da campanha asiática de Agesilau, em que se permitiu interromper os

sacrifícios preliminares à partida que o rei tentou realizar em Áulis. A tudo isso, pode-se acrescentar que os democratas atenienses exilados do regime dos Trinta Tiranos encontraram não apenas uma acolhida em Tebas, mas também a colaboração em seus projetos para restaurar a democracia em Atenas.²² Dessa forma, como a guerra na Ásia estava indo bem e nenhum outro conflito na Grécia lhes servia de obstáculo, os lacedemônios viram uma excelente oportunidade (καλὸς καιρὸς) para aceitar o desafio arrogante dos tebanos.²³

Por sua vez, Pausânias (3.9.9-11) parece mais seguir o historiador de Oxirrínco do que a Xenofonte, embora com certas e, ao mesmo tempo, significativas variações, que sugerem o uso de, pelo menos, uma terceira fonte. Em primeiro lugar, os conspiradores tebanos aproximam-se dos lócrios de Anfisa (οἱ ἐξ Ἀνφίσσης), ou seja, dos lócrios ocidentais – note, porém, que, ao contrário de P, ele não usa o topônimo Hesperia – e não dos focídios, o que, como já dissemos, seria *a priori* mais convincente, ou, pelo menos, mais lógico. Temos então o detalhe ao qual aludimos acima: o periegeta garante que os lócrios colheram o trigo maduro (τὸν σῖτον ἀκμάζοντα) – o que serviu de indicação aos estudiosos para datarem o incidente em maio ou junho²⁴ –, e levaram o saque, ou as “riquezas” (χρήματα), termo genérico que possivelmente inclui cabeças de gado; isso demonstrava que o território objeto da disputa também era fértil e não apenas adequado ao pastoreio. Finalmente, Pausânias se refere ao envio de uma embaixada ateniense a Esparta para pedir que não marchasse contra os tebanos e concordassem com a arbitragem, o que irritou ainda mais alguns espartanos, que consideravam intolerável esse tipo de interferência em um estado “satélite”.²⁵

O outro problema crucial, e não menos espinhoso e intrincado, em nossa análise da eclosão da Guerra de Corinto é o de datar e precisar adequadamente a chegada do ródio Timócrates à Grécia continental, sendo esse o emissário do Grande Rei encarregado de distribuir ouro no valor de cinquenta talentos de prata entre os *prostatai* das facções antilacônicas e as principais *póleis* grega. Os cinquenta talentos – se esta foi realmente a cifra, já

que existe mais de uma versão, conforme os rumores encorajados pelo sigilo da viagem²⁶ – carregados por Timócrates não passavam de uma quantidade simbólica, manifestamente insuficiente para o que se esperava de um enfrentamento longo e difícil – tal valor mal conseguia subsidiar um mês de guerra²⁷ –, mas que sem dúvida anunciava, como a frota ancorada na costa fenícia e preparada para intervir sob as ordens de Cónon, a determinação do Grande Rei em apoiar, com os seus vastos recursos financeiros na guerra contra Esparta, alguns Estados gregos que, com a possível exceção da Beócia, estavam economicamente exaustos após a Guerra do Peloponeso.²⁸ De fato, os subsídios persas se materializaram no verão de 394, quando, após a sua decisiva vitória naval em Cnido, Farnábazo deu recursos ao sinédrio coríntio para continuar a luta contra Esparta, os quais foram destinados pela coalizão a diversos fins, como a criação de uma nova frota coríntia, a reconstrução das muralhas de Atenas ou o pagamento do soldo dos mercenários que lutaram no istmo (Xen. *Hel.* 4.8.8-10; Diod. 14.84.5).²⁹ Esta não foi a primeira vez que os persas interferiram dessa maneira nos assuntos gregos, isto é, comprando lealdades.³⁰ Pela sua proximidade cronológica, a viagem ao Peloponeso do ródio Dorieu – membro da oligarquia dos Diagóridas – em 396/5, é particularmente intrigante, embora não saibamos o seu propósito e sua amplitude, mas é certo que foi considerada uma ameaça por Esparta – visto que ele foi imediatamente executado após a sua captura.³¹ Assim, a Pérsia explorou o sentimento antilacônico que cresceu na Grécia desde que Esparta permaneceu como a única potência hegemônica, dando-lhe concretude e certa unidade.

Como podemos supor, os persas não agiram de forma desinteressada. Xenofonte (*Hel.* 3.5.1-2) assegura que Tiraustes enviou Timócrates para verificar se Agesilau perseverava em suas campanhas asiáticas, as quais causavam grande estrago e tomavam muito saque, na ideia de que a eclosão de uma guerra em solo grego afugentaria o rei espartano da Ásia. Segundo o próprio Xenofonte, numa passagem em aparente contradição com a anterior (*Hel.* 3.4.25), Tiraustes foi quem executou e sucedeu a Tissafernes à frente da satrapia da Lídia e na dignidade de *káranos*,

logo após a Batalha de Sárdis, na primavera de 395. Isso significaria que o ródio teria chegado ao continente grego no final do verão de 395 – era necessária uma viagem de três meses para ir de Susa a Sárdis – isto é, quando as hostilidades já haviam se iniciado na Grécia central, fazendo com que o propósito original da missão se perdesse.

Quer tenha sido uma ordem de Títraustes, quer de Farnábazo (veja abaixo), a verdade é que Timócrates distribuiu o ouro entre os tebanos Andróclidas, Ismêneas e Galaxidoro, os coríntios Timolau e Poliantes e o argivo Cilón em troca da promessa de que levariam a guerra aos lacedemônios, enquanto os atenienses não precisavam receber recursos para estarem dispostos a guerrear.³² Transformados em agentes do Grande Rei, aos olhos de Xenofonte, os envolvidos começaram a caluniar e a fazer intrigas contra os lacedemônios em suas respectivas cidades, até que, finalmente, conseguiram uni-las em uma coalizão formidável composta pela Beócia, Corinto, Argos e Atenas.³³ No relato de Xenofonte, o ouro do bárbaro e o seu efeito corruptor sobre os líderes antilacônicos é a pedra angular sobre a qual repousa a exegese desse conflito.

Pausânias (3.9.8; cf. 4.17.5) não difere essencialmente de Xenofonte. Ele apenas substitui Galaxidoro entre os tebanos por Anfítêmis – presumivelmente o mesmo indivíduo que o anônimo Oxirrínco (17.1) chama de Antiteu e Plutarco (*Lis.* 27.3) por Anfiteu³⁴ – bem como adiciona Sodamas aos argivos e, o que é mais significativo, inclui na trama os *prostátai* da facção democrática “radical” ateniense, Céfalos e Epícrates.³⁵

Nem Plutarco, em suas diferentes biografias (*Lis.* 27.1; *Agex.* 15.8; *Artax.* 20.4-5, onde é Artaxerxes quem envia diretamente o ródio) e nas *Moralia* (211b), isenta os atenienses de responsabilidade – neste caso mencionado, de forma genérica –, sendo apontados junto aos tebanos como destinatários do ouro e promotores da guerra, enquanto os coríntios e os argivos são ignorados, talvez devido ao seu menor papel no contexto internacional helênico.

O relato que contrasta claramente com Xenofonte, mais uma vez, é o historiador de Oxirrínco (7.2-5), mesmo que trate dessa questão indiretamente nos fragmentos preservados.³⁶ Em primeiro lugar, P atribui a viagem de Timócrates a Farnábazo, o sátrapa da Frígia, e não a Titraustes, que, como vimos acima, ainda não havia entrado em cena. Portanto, a data da sua chegada ao interior da Grécia deve ter sido, provavelmente, o final de 396 ou o início de 395.³⁷ Em segundo lugar, o historiador de Oxirrínco deixa claro que esse ouro não teria o mesmo efeito sem a existência de um terreno fértil hostil anterior à opressiva e arbitrária hegemonia lacedemônia na Hélade, criticando no processo aqueles que, como o próprio Xenofonte, erroneamente pensam que a corrupção do ouro do Rei foi a causa da eclosão do conflito.³⁸ Não há, portanto, nenhuma condenação moral desse fato, nem acusação de medismo ou corrupção para com os destinatários do ouro, como em Xenofonte. O relato esclarece que os argivos, os beócios e os coríntios detestavam os espartanos porque eles haviam apoiado facções opostas,³⁹ obviamente filolacônicas – apenas o coríntio Timolau abrigava razões pessoais não especificadas para ter mudado a sua lealdade, após ter sido um fervoroso filolacônio durante a guerra jônica⁴⁰ – enquanto os líderes atenienses queriam tirar os seus concidadãos da letargia da paz e, incidentalmente, “obter um benefício privado da comunidade” (ἐκ τῶν κοινῶν ἢ χρηματίζεσθαι) com a confusão e instabilidade que prevalecem em tempo de guerra.⁴¹ Certamente, o apoio de Esparta a grupos filolacônicos dentro das cidades do império, primeiro por Lisandro e depois por Agesilau, despertou amargas diferenças no corpo cívico desses Estados, que, longe de ter um caráter ideológico ou socioeconômico, baseiam-se na orientação que a política interna deve seguir: docilidade ou resistência à hegemonia espartana. Desse modo, na melhor tradição tucidideana, nas *Helénicas de Oxirrínco*, o imperialismo espartano exerce o mais verdadeiro pretexto (ἀληθεστάτη πρόφασις) da Guerra de Corinto, cuja causa mais profunda e desencadeadora seria a ajuda financeira persa.⁴²

A versão de P reflete a história de Diodoro (14.82.2), segundo a qual, o ódio que a dura supremacia espartana havia suscitado entre os seus aliados foi o cimento que uniu e deu sentido à coalizão dos quatro grandes Estados, na convicção de que, ao unir forças, eles acabariam com essa hegemonia impopular.

Finalmente, em uma passagem da qual uma cronologia precisa não pode ser inferida, Polieno (1.48.3) segue a do historiador de Oxirrínco ao fazer de Farnábazo a autoridade persa que ordenou a viagem de Timócrates, embora, sem dúvida, impulsionado por seu desejo de acentuar o protagonismo “grego” nesse episódio, pois, na história do autor macedônio, o sátrapa atuou ao ser instigado por Cónon.⁴³

Depois de examinar as fontes e os problemas apresentados, quando chega a hora de tirar conclusões, não podemos escapar da ideia de que a origem da Guerra de Corinto é explicada por uma interação de fatores. Por um lado, parece evidente que o Grande Rei Artaxerxes II, por meio de seus legados satrápicos, queria remover a guerra de seus territórios na Ásia Menor e não encontrou melhor maneira do que subsidiar a missão de Timócrates com a sua promissora bagagem de ouro. Ora, o sucesso de tal empreendimento, incluindo a sua própria concepção, não pode ser dissociado do amplo descontentamento com o imperialismo lacedemônio na Grécia, que é cada vez mais gritante, como torna explícito o depoimento do historiador anônimo de Oxirrínco, e não o de Xenofonte. Nesse sentido, a chegada do ródio ao continente foi “o lubrificante que formou uma coalizão antiespartana”.⁴⁴ A carga de seus alforjes permitiu materializar os planos de guerra das facções antilacônicas das principais *póleis* gregas, que agora se viam capazes de sustentar, respaldadas pelos fartos cofres persas, uma longa e sangrenta guerra contra Esparta. Como nos últimos anos da Guerra do Peloponeso, o esgotamento das potências gregas permitiu que a Pérsia entrasse em jogo no quadro das relações de poder e se tornasse o seu árbitro. Nesse ponto, para além de certas nuances não desprovidas de significados, as nossas duas principais veias historiográficas coincidem. Não é por acaso que os tebanos, que,

com seu ataque à Plateia, precipitaram a eclosão da Guerra do Peloponeso em 431, traçaram um plano que deu os mesmos frutos em 395: acender a chama de um conflito pan-helênico. Os trinta e seis anos decorridos entre uma conflagração e outra não mudaram o fato de que a liberdade dos gregos era uma bandeira e um *slogan* na resistência ao poder hegemônico, seja de Atenas, seja de Esparta.

RESÚMEN

En el presente trabajo se contrastan y analizan críticamente las fuentes literarias que se refieren, bajo distintos intereses y enfoques, a los acontecimientos que condujeron al estallido de la Guerra de Corinto. Nos centraremos en especial en los relatos detallados y contemporáneos de Jenofonte y del anónimo historiador de Oxirrinco, que presentan fuertes discrepancias y ofrecen una explicación bastante distinta de la génesis del conflicto.

PALABRAS CLAVE

Jenofonte; Anónimo de Oxirrinco; Guerra de Corinto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCAME, S. **Ricerche intorno alla guerra corinzia**. Napoli: Libreria scientifica editrice, 1951.

_____. **L'imperialismo ateniese all'inizio del secolo IV e la crisi della polis**. Napoli: Libreria scientifica editrice, 1966.

_____. Ricerche sulle Elleniche di Ossirinco. **MGR**, 6, 1978, p. 125-183 (reimpresso em *Scritti Minori*, III, Roma, 1990, 1097-1136).

ALONSO TRONCOSO, V. Ultimatum et déclaration de guerre dans la Grèce classique. In: FREZOULS, E.; ACQUEMIN, J. (eds.). **Les relations internationales**. Actes du Colloque de Strasbourg 15-17 juin 1993. Paris: De Boccard, 1995, p. 211-295.

_____. Tratados y relaciones de alianza en la guerra de Corinto. **RSA**, 27, 1997, p. 21-71.

_____. 395-390/89 a.C., Atenas contra Esparta: ¿De qué guerra hablamos?. **Athenaeum**, 87, 1999, p. 57-77.

BADIAN, E. The Ghost of Empire: Reflections on Athenian Foreign Policy in the Fourth Century B.C. In: EDER, W. (ed.). **Die athenische Demokratie im 4. Jahrhundert v. Chr.** Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden GmbH, 1995. p. 79-106.

BARBIERI, G. **Conone**. Roma: A. Signorelli, 1955.

BELOCH, K.J. **Griechische Geschichte**, III, 1. Berlin-Leipzig: W. de Gruyter, 1922.

BESSO, G. Gli uomini politici emergenti in Atene nei primi anni del IV secolo a.C.: il caso de Cefalo di Collito. **Quaderni Dip. Filol. Ling. Trad. Class. A. Rostagni**, 9, 1997, p. 43-54.

BLOCH, H. **Harvard Studies in Classical Philology**. vol. 51. Supplementary Volume I, 1940, p. 303-376.

BOMMELAER, J.-F. **Lysandre de Sparte**. Histoire et traditions. Paris: De Boccard, 1981.

BONAMENTE, G. **Studio sulle Elleniche di Ossirinco**: saggio sulla storiografia della prima metà del IV secolo a.C. Perugia: Istituti di storia della Facoltà di lettere e filosofia, 1973.

BREITENBACH, H. R. Hellenika Oxyrhynchia. **RE**, suppl. XII, coll. 1970, p. 383-426.

BRUCE, I.A.F. Internal Politics and the Outbreak of the Corinthian War. **Emerita**, 28, 1960, p. 75-86.

_____. Athenian Foreign Policy in 396-395 B.C. **CJ**, 58, 1963, p. 289-295.

- _____. Athenian Embassies in the Early Fourth Century. **Historia**, 15, 1966, p. 272-281.
- _____. **An Historical Commentary on the Hellenica Oxyrhynchia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.
- BUCK, R.J. The Outbreak of the Boiotian War. In: FOSSEY, J.M.; MORIN, J. (eds.). **Boeotia Antiqua III**. Papers in Boiotian History, Institutions and Epigraphy in Memory of Paul Roesch. Amsterdam: Brill, 1993. p. 91-99.
- _____. **Boeotia and the Boeotian League, 432–371 B.C.** Edmonton: University of Alberta Press, 1994.
- _____. **Thrasybulus and the Athenian Democracy**. The Life of an Athenian Statesman, *Historia Einzelschriften* 120, Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden GmbH, 1998.
- _____. Ismenias and Thrasybulus. **AncW**, 36, 2005, p. 34-43.
- BUCKLER, J. The Incident at Mount Parnassus, 395 B.C. In: TUPLIN, C. (ed.). **Xenophon and his World**, *Historia Einzelschriften* 172, Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004, p. 397-411.
- CARTLEDGE, P. **Agesilaos and the Crisis of Sparta**. Baltimore: Gerald Duckworth & Co Ltd., 1987.
- CAWKWELL, G.L. Agesilaus and Sparta. **CQ**, 26, 1976, p. 62-84.
- CLOCHÉ, P. La politique thébaine de 404 à 396 av. J.-C.. **REG**, 31, 1918, p. 315-343.
- _____. Les conflits politiques et sociaux a Athènes pendant la guerre corinthienne (395-387 J.-C.). **REA**, 21, 1919, p. 157-192.
- COOK, M.L. **Boeotia in the Corinthian War**. Foreign Policy and Domestic Politics. Diss. Washington: University of Washington, 1981.
- _____. Ancient Political Factions: Boiotia 404 to 395. **TAPhA**, 118, 1988, p. 57-85.
- _____. Ismenias Goals in the Corinthian War. In: SCHACHTER, A. (ed.). **Essays in the Topography, History and Culture of Boeotia**, *Teiresias* Supp. 3. Montreal: Dept. of Classics, McGill University, 1990a, 5763.
- _____. Timokrates 50 Talents and the Cost of Ancient Warfare. **Eranos**, 88, 1990b, p. 69-97.
- CORSARO, M. Sulla politica estera persiana agli inizi del IV secolo: La Persia e Atene, 397-386 a.C. In: ALESSANDRI, S. (ed.). **δοτορίη. Studi offerti dagli allievi a Giuseppe Nenci in occasione del suo settantesimo compleanno**. Galatina: Congedo Editore, 1994, p. 109-130.

- COSTA, E. Evagoras I and the Persians, ca. 411-391 B.C. **Historia**, 23, 1974, p. 40-56.
- DUSANIC, S. Le médisme d'Isméniades et les relations gréco-perses dans la politique de l'Académie platonicienne (383–378 av. J.-C.). In: ROESCH, P.; ARGOU, G. (ed.). **La Béotie antique**: Colloques Internationaux du CNRS. Paris: Editions du CNRS, 1985, p. 227–235.
- _____. Theban Politics and the Socratic Dialogues. **AncW**, 36, 2005, p. 107-122.
- FORNIS, C. Las causas de la guerra de Corinto: un análisis tucidídeo. **Gerión**, 25, 2007, p. 187–218.
- _____. Conón entre Persia y Atenas (394-391 a.C.). **DHA**, 34.2, 2008, p. 33-64.
- FUNKE, P. Homónoia und Arché. Athen und die griechische Staatenwelt vom Ende des Peloponnesischen Krieges bis zum Königsfrieden (403–387/6 v. Chr.). **Historia**, Einzelschriften 37. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag GmbH, 1980.
- GALVAGNO, E. 2001: Persia e Persiani nelle Elleniche di Ossirinco. In: BIANCHETTI; CATAUDELLA, M. (a.c). **Le «Elleniche di Ossirinco» a cinquanta anni dalla pubblicazione dei Frammenti Fiorentini 1949–1999**, Atti del Convegno tenutosi a Firenze (22-23 novembre 1999), La Spezia (= *Sileno* 27), 2001, p. 99-118.
- GRENFELL, B.P.; HUNT, A.S. **The Oxyrhynchus Papyri**, Part V. London: Egypt Exploration Fund, 1908.
- HACK, H.M. Thebes and the Spartan Hegemony 386-382 B.C. **AJPh**, 99, 1978, p. 210-227.
- HAMILTON, C.D. **Sparta's Bitter Victories**. Politics and Diplomacy in the Corinthian War. Ithaca-London: Cornell University Press, 1979.
- HOFSTETTER, J. **Die Griechen in Persien**. Prosopographie der Griechen im Persischen Reich vor Alexander. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1978.
- KAGAN, D. The Economic Origins of the Corinthian War. **PP**, 16, 1961, p. 321-341.
- KRENTZ, P. **Xenophon: Hellenika II.311.-IV.2.8**. Edited with an Introduction, Translation and Commentary. Warminster: Liverpool University Press, 1995.
- LEHMANN, G.A. Sparta's ἀρχή und die Vorphase des korinthischen Krieges in den *Hellenica Oxyrhynchia*?. **ZPE**, 28, 107-126 y 30, 1978, p. 73-93.
- LONDON, J.E. The Oxyrhynchus Historian and the Origins of the Corinthian War. **Historia**, 38, 1989, p. 300-313.

- LENSCHAU, T. Die Sendung des Timokrates und der Ausbruch des korinthischen Krieges. **PhW**, 53, 1933, p. 1325-1328.
- LERAT, L. **Les locriens de l'Ouest**, Paris: De Boccard, 1952.
- LEWIS, D.M. **Sparta and Persia**. Leiden: Brill, 1977.
- _____. Persian Gold in Greek International Relations. **REA**, 91, 1989, p. 227-234.
- MCKAY, K.L. The Oxyrhynchus Historian and the Outbreak of the `Corinthian War. **CR**, 3, 1953, p. 6-7.
- MCKECHNIE, P.R.; KERN, S.J. **Hellenica Oxyrhynchia**. Warminster: Liverpool University Press, 1988.
- PASCUAL GONZÁLEZ, J. Beocia y Grecia central y el comienzo de la guerra de Corinto". In: ZARAGOZA, J.; GONZÁLEZ SENMARTÍ, A. (eds.). **Homenatge a Josep Alsina**. Actes del Xè Simposi de la Secció Catalana de la SEEC (Tarragona, 28a 30 de novembre de 1990). Tarragona: Diputació de Tarragona, 1992, p. 423-426.
- _____. **Tebas y la confederación beocia en el periodo de la guerra de Corinto (395-386 a.C.)**. Diss. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1995a.
- _____. Corinto y las causas de la guerra de Corinto. **Polis**, 7, 1995b, p. 188-217.
- _____. Conon, the Persian Fleet and a Second Naval Campaign in 393 B.C. **Historia**, 65.1, 2016, p. 14-30.
- PERLMAN, S. The Causes and the Outbreak of the Corinthian War. **CQ**, 14, 1964, p. 64-81.
- PICCIRILLI, L. **Gli arbitrati interstatali greci**. Vol. I: dalle origine al 338 a.C. Pisa: Edizioni Marlin, 1973.
- RUNG, E. Xenophon, the Oxyrhynchus Historian and the Mission of Timocrates to Greece. In: TUPLIN, C. (ed.). **Xenophon and his World**, *Historia Einzelschriften* 172, Stuttgart: F. Steiner, 2004, p. 413-425.
- SAUR, L. **Thrasybule de Stiria: une certaine idée d'Athènes**, Diss. Belgium: Université de Liège, 1978.
- SEAGER, R. Thrasybulus, Conon and Athenian Imperialism 396-386 B.C. **JHS**, 87, 1967, p. 95-115.
- SENSI SESTITO, G. De. Correnti, leaders e politica estera in Atene (400-395). **SicGymn**, 32, 1979, p. 1-42.
- STRAUSS, B.S. **Athens after the Peloponnesian War**. Class, Faction and Policy, 403-386 B.C. London: Croom Helm, 1986.

Calíope: Presença Clássica | 2021.2 . Ano XXXVIII . Número 42 (*separata* 7)

SZEMLER, G.J. Two Notes on the Corinthian War. **AncW**, 27, 1996, p. 95-104.

TREVES, P. Note sulla guerra corinzia. **RFIC**, 15, 1937, p. 113-140, 278-283.

TUPLIN, C. **The Failings of Empire**. A Reading of Xenophon Hellenica 2.3.11–7.5.27, *Historia Einzelschriften* 76, Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1993.

VALENTE, M. Timocrate e l'oro di Farnabazo. Per una cronologia delle Elleniche di Ossirinco. **MEP**, 15, 2012, p. 53-62.

_____. **I prodromi della guerra di Corinto nelle testimonianze delle Elleniche di Ossirinco e delle Elleniche di Senofonte**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2014.

ZUNKEL, G. **Untersuchungen zur griechischen Geschichte der Jahre 395-386**. Weimar: 1911.

¹ Este trabalho se insere no projeto de pesquisa PID2020-112558GB-I00, PID2020-120048GB-I00 e US-1380257.

² Este trabalho foi traduzido para o português pelo prof. dr. Luis Filipe Bantim de Assumpção (Universidade de Vassouras; UNIRIO-CEDERJ).

³ Fornis se refere à História Antiga em sua relação com a Literatura Clássica (nota do tradutor).

⁴ Aqui o tom generalista se deu em virtude do impacto que a Guerra do Peloponeso gerou na maior parte das *pólis* nas imediações do Mediterrâneo, o qual se deu de modo direto e indireto. De todo modo, torna-se difícil mapear todas as *pólis* afetadas pelo conflito (nota do tradutor).

⁵ Vide Fornis (2007).

⁶ O nome de P vem de H. Bloch (1940), tendo em vista a impossibilidade de atribuir à obra uma paternidade razoavelmente segura. Em Bruce (1967, p. 3-27), Breitenbach (1970), Bonamente (1973, p. 13-32) e McKechnie e Kern (1988, p. 7-16), podemos encontrar excelentes estados da pergunta sobre a possível autoria das *Helênicas de Oxirrinco*, bem como as fontes, estilo, vocabulário, metodologia, filiação ideológica e principais problemas de interpretação apresentados pelo texto. Nos últimos anos, a identificação de P com Crátipo ganhou nova força, mas Buckler (2004, p. 397, n.1) ironicamente afirma que os fragmentos de Crátipo ocupam 43 linhas no *FGrH* de Félix Jacoby e nas *Helênicas de Oxirrinco* 773, seria preferível dizer que as *Helênicas de Oxirrinco* escreveram o texto de Crátipo. A outra candidatura importante é a de Teopompo. Muito menos sucesso tiveram as atribuições de Éforo, Androcíão ou Dêmaco de Plateia

⁷ Xen. *Hel.* 3.5.3-4; *Hel. Oxy.* 17-18. Cito a edição teubneriana canônica de Vittorio Bartoletti, publicada em 1959, embora haja uma mais recente, também da Teubner, de Mortimer Chambers, publicada em Stuttgart-Leipzig, em 1993, que apresenta uma numeração diferente para os fragmentos. Krentz (1995, p. 196) inutilmente tenta reconciliar os dois testemunhos, alegando que o resultado final é o mesmo; cf. também Tuplin (1993, p. 63). Outras fontes secundárias, como Pausânias (3.9.9-10) ou Diodoro (14.81.1), encontram-se nas anteriores, às vezes contaminando-as e sem fornecer informações adicionais.

⁸ Bonamente (1973, p. 30) expressou isso com clareza: “*Il quadro da lui offerto dell’antilacedemonismo in Grecia rivela la capacità di offrire il tono della politica greca alla vigilia della guerra di Corinto, sia in Atene, che nelle altre città, distinguendo tra l’interesse di parte, dibattentesi nella prospettiva limitata della dialettica interna ai gruppi politici nelle singole città, che combattevano per la sopravvivenza e la supremazia, e l’orizzonte politico più vasto di chi voleva reinserire la propria patria nel gioco di prestigio e di supremazie in ambito greco*”. P parece mais ciente das dissensões internas dentro das cidades e fornece uma riqueza de detalhes sobre a cadeia de eventos que levou à Guerra de Corinto, sem o fato de que Xenofonte estava na época na Ásia (Plut. *Ages.* 18,2) e isso tornou difícil a coleta de informações.

⁹ Grenfell e Hunt (1908, p. 205)

¹⁰ Krentz (1995, p. 194), em sua nota introdutória às passagens 1-7 do capítulo 5 do livro III das *Helênicas* de Xenofonte, distancia-se dessa avaliação e considera injustas as críticas excessivas que o historiador ateniense tem merecido, que “apesar de não escrever no estilo analítico que alguns estudiosos modernos prefeririam, fornece em seu relato outras razões fundamentais para explicar a Guerra de Corinto [além da viagem de Timócrates]. Se houve uma causa principal, em Xenofonte, são as ações lacedemônias”, esta afirmação é mais do que discutível, pois quando Xenofonte destila algumas críticas a Esparta (via de exemplo 3.5.8-17), o faz colocando-as nos lábios de seus detestados tebanos e em um discurso excessivamente retórico, perdendo assim toda a legitimidade. Em termos semelhantes, temos Tuplin (1993, p. 64). Por razões bastante

distintas, Perlman (1964) também não adere à opinião dominante entre os estudiosos: o esforço do israelense visa dissipar a interferência espartana nos assuntos internos das cidades gregas, pelo menos no continente grego – o autor reconhece apenas uma política imperial sólida na Ásia Menor – mas não é convincente. No calor da primeira conferência monográfica sobre Xenofonte, realizada em Liverpool, em 1999, surgiram vigorosas defesas do historiador ateniense – por exemplo, Buckler (2004) e Rung (2004), ambas sobre a origem da Guerra de Corinto.

¹¹ Sobre os ombros do trabalho pioneiro de Cloché (1918), os estudos de Margaret Cook (1981, *passim*; 1988) demonstraram de forma convincente que, desde o fim da Guerra do Peloponeso, houve uma luta muito tensa pelo poder entre os filolacônicos e os antilacônicos, com recursos e influências semelhantes, tanto na própria Tebas quanto no conselho federal beócio, como já afirma o anônimo de Oxirrinco (17,1). Esta mesma fonte acrescenta que ambos os grupos eram de ideologia oligárquica – os seus membros, e não apenas os seus líderes, estavam entre os βέλτιστοι και γνωριμώτατοι da Beócia –, sendo o motivo de seu desacordo a direção que a política externa deveria tomar, com Esparta ou contra Esparta (como reconhecido por toda a historiografia moderna desde a contribuição acima mencionada de Cloché (1918, p. 326-327), exceto por Accame (1966, p. 101-102) que, erroneamente, fala de *democratici tebani*. No entanto, Buck (1994, p. 36) qualifica que, na política federal tebana, a facção laconizante de Leontíades, Asias e Ceretadas não era tão centralista quanto a de Ismênias. Tal equilíbrio de poder torna realmente difícil determinar quando a facção de Ismênias expulsou a de Leontíades no controle das instituições locais de Tebas e federais da Beócia (P apenas menciona um vago μικρῶ πρότερον, “pouco antes” dos eventos de primavera-verão de 395). De acordo com Grenfell e Hunt (1908, p. 229), Kagan (1961, p. 329-332), Bruce (1967, p. 113-114), Funke (1980, p. 47), Buck (1994, p. 28; 2005, p. 35, 38) e Valente (2014, p. 52-54), isso já acontecia a partir de 404, o que explicaria por que a Beócia, ao receber os exilados democráticos da Ática, demonstrou o seu descontentamento com Esparta – inclusive votando um decreto de quem não prestasse ajuda a estes seria condenado à multa – e a recusa em participar de expedições organizadas pelos lacedemônios, embora sem causar ruptura definitiva com estes. Certamente (é incompreensível que o laconizante Leontíades tivesse cometido ou consentido com as mencionadas ofensas para com os seus apoiadores espartanos), não se entende que essa ruptura aconteceu entre as referidas facções beócias, mas, por outro lado, como Bruce (1967, p. 113-114) bem nota, Tebas obteve grandes vantagens econômicas e políticas com a vitória de Esparta sobre Atenas, o que deveria ter fortalecido, e não enfraquecido, o domínio político de Leontíades. Assim, com mais consistência, Perlman (1964, p. 65), Bonamente (1973, p. 105), Hamilton (1979, p. 155), Sensi Sestito (1979, p. 40) e Cook (1981, p. 76; 1988, p. 84), além do próprio Cloché (1918, p. 333-343), acreditam que Leontíades permaneceu no poder até pouco antes do insulto sofrido por Agesilau em Áulis, em 396 (Xen. *Hel.* 3.4.3-4). Menos prováveis são as teses de Hack (1978, p. 212-213, n.10), ao destacar que esse cenário se desenvolveu em 399, no meio da Guerra de Elis, argumentando que Xenofonte (*Hel.* 3.2.23-25) só se lembra da recusa tebana de marchar na segunda campanha deste ano, e não na primeira, e Pascual González (1992, p. 425), para quem seria um ano depois, em 398, como consequência direta da atividade lacedemônia na Grécia central. Dusanic (2005, p. 109-112) nega esta situação de dualidade no poder ou a limita a alguns meses antes de 395, objetando que, se assim fosse, o Sócrates do *Crítion* (53 B) não teria elogiado a *eunomia* tebana. No entanto, como já dissemos, embora difiram na política externa, Ismênias e Leontíades são aristocratas de linhagem e o regime tebano é

uma oligarquia que, sem dúvidas, agradaria a Platão. Outro aspecto que tende a ser esquecido, mas que já foi sublinhado por Cloché (1918, p. 326) e, muito mais tarde, desenvolvido por Cook (1981; 1988), é que a maioria dos cidadãos de Tebas não militou ou se identificava claramente com nenhum destes dois grupos políticos, portanto, a sua opinião e, conseqüentemente, o seu voto, variava de acordo com as circunstâncias. Durante a Guerra do Peloponeso, eles apoiaram Esparta visando o seu próprio interesse, mas o comportamento arrogante subsequente dos lacedemônios gradualmente esfriou esse apoio. Com isso, foi necessário envolver, de uma forma ou de outra, uma grande porcentagem do corpo cívico, sem dúvida temerosa de um confronto com a principal potência grega, naquela ocasião: Esparta. Lendon (1989, p. 311-312) seguiu uma linha de investigação semelhante, chegando à conclusão de que “era essencial para Ismênia fazer com que Esparta atacasse a Beócia, um fato que privaria Leontíades de muito de seu apoio” (a opinião de Cartledge [1987, p. 292] é bem diferente, de acordo com o qual “Esparta vinha tramando com membros do conselho federal beócio para evitar uma declaração de guerra ultrajante pela confederação”). Mesmo a vitória espartana na Guerra de Corinto não alterou substancialmente este equilíbrio de poder. Em 382, vemos os mesmos líderes tebanos, Leontíades e Ismênia, à frente de suas respectivas facções e exercendo o cargo de polemárcos (magistratura que exercia o poder executivo após o desaparecimento dos beotarcas – Xen. *Hel.* 5.2.25). É verdade que, até então, os filolacônios haviam recuperado o controle da política interna tebana, mas não tão firmemente a ponto de fazer Tebas enviar tropas para a guerra com Olinto; então, em 382, Leontíades traçou um plano para colocar a Cadmeia em mãos estrangeiras, isto é, da Lacedemônia, e livrar-se, de uma vez por todas, de Ismênia por meio de uma política de julgamento instrumentalizada (Xen. *Hel.* 5.2.25-31, 35-36 e *infra* n.10; cf. Dusanic [1985], que, afinal, não considera o julgamento uma paródia nem um ato de vingança, mas o resultado de uma mudança na política persa de Agesilau de 383 após vários anos de colaboração fria com o Grande Rei). Leontíades seria assassinado em Tebas três anos depois, em plena revolta democrática (Xen. *Hel.* 5.4.7).

¹²Pascual González (1995a, p. 684-689) rastreou os testemunhos sobre os laços de amizade ou a aliança no passado entre tebanos, por um lado, e os lócrios opúntios e ozólios, por outro, para descobrir que a colaboração política e militar dos tebanos com os lócrios opúntios está bem atestada, pelo menos desde meados do séc. v, enquanto não há vestígios até meados do séc. iv de uma relação (amistosa ou hostil) entre tebanos e lócrios ozólios. Isso levou este autor a optar, talvez forçando demais o argumento *ex silentio*, pelos lócrios opúntios. Buck (1993, p. 94-95; 1994, p. 33) aponta ainda que os focídios eram velhos inimigos dos opúntios, e não dos anfísios, razão pela qual o estudioso canadense resolve rejeitar tanto o testemunho de P quanto o de Pausânias (veja abaixo) para se ater ao de Xenofonte. Observações pessoais em três momentos diferentes levaram Buckler (2004, p. 402-404) a confiar em Xenofonte e a identificar a área de fronteira ao redor do Monte Parnaso, cujo controle estava em disputa com um terreno localizado entre a cidade dos lócrios opúntios e das cidades focídias de Yámpolis e Abas, cuja parte superior forma um vale “desprovido de obstáculos naturais ou de características geográficas significativas que possam servir de fronteira”. Buckler também acrescenta que os detalhes topográficos de P sobre a subsequente intervenção tebana na parte focídica do vale do Cefiso, que ele tem o cuidado de questionar, praticamente excluem a possibilidade de que fosse a fronteira oeste da Fócida, vizinha de Anfisa, e que foi afetada. Nesse sentido, deve-se objetar, por um lado, que os tebanos já tinham a guerra que desejavam, por isso invadiram a Fócida na região mais próxima e mais fácil para eles, não com a intenção de ajudar os lócrios

ozólios, e, por outro, é incrível que o historiador de Oxirrinco, que sempre mostra grande precisão topográfica, tivesse caído em tal incongruência (ver n. 15 *infra*). Mais recentemente, Valente (2014, p. 58-59, 94-95) também se inclinou a conferir mais credibilidade a Xenofonte do que a P neste ponto. Em seu estudo sobre os lócrios ocidentais, Lerat (1952, p. 43, aceito por Buck) já indicou que os focídios e os lócrios opúntios foram os protagonistas da luta, embora neste caso, de forma menos plausível, pelo controle de uma área que não possui relação com o Parnaso, o porto de Dafnunte (atual Aghios Konstantinos). No entanto, após várias campanhas de “caminhar, examinar e cavar, quintal a quintal [a região]”, Szemler (1996, p. 98-99) olhou para o outro lado, no vale de Vinianni, cerca de 11 quilômetros a noroeste de Anfisa, muito fértil e com nascentes de águas naturais, levando-o a seguir P e especialmente Pausânias na ideia de que foram os lócrios ocidentais, e não os orientais, os protagonistas deste conflito fronteiriço. No final das contas, as duas ramificações do grupo étnico lócrio militarizaram na coalizão antiespartana construída em torno do sínédrio de Corinto.

¹³ Cook (1981, p. 226) conjectura que parte do dinheiro de Timócrates poderia ter sido usado para convencer os autores da Guerra de Corinto.

¹⁴ Esta é a leitura dada pelos manuscritos. Embora haja dúvidas acerca da corrupção da passagem, não há nenhuma quanto ao seu significado.

¹⁵ Bruce (1960, *passim*, esp. p. 84-86) não é convincente em sua rejeição à veracidade do episódio. Mesmo supondo que a sua hipótese possa ser rejeitada como muito imaginativa, Bruce afirma que o estratagema inventado por Ismêneas para acender a chama do conflito não existia de fato, mas seria uma invenção dos filolacônicos de origem tebana e usada pelo historiador de Oxirrinco como objeto para desacreditar a facção oposta, a antilacônica, que, mesmo depois da Paz do Rei, ainda era poderosa. Quanto à perspectiva de Xenofonte, Bruce não diz nada, mas presume-se que o seu partidarismo tornou o estratagema desnecessário. É pelo menos paradoxal que Bruce, um estudioso que não poupa elogios a P (ao longo de seu, por outro lado, excelente comentário: Bruce, 1967), especialmente no conhecimento que ele demonstra das dissensões internas e do método de análise aplicável, possa acreditar que este foi vítima de tal engano por um suposto informante da facção laconizante. A sua alternativa, de que a escalada de eventos que levaram à guerra foi fortuita e acidental, não apenas parece uma concessão à ingenuidade, mas ignora o testemunho de nossas principais fontes e não o substitui por evidências sólidas. A ideia parece ter seduzido Buck (1993, *passim*; 1994, p. 30-35) e também Pascual González (1995a, p. 689-691), que afirma que “é bem possível que o conflito entre os lócrios e focídios eclodisse sem qualquer instigação externa”, embora mais tarde a facção tebana antilacônica se encarregasse de atiçá-la e de convencer os quatro conselhos federais da Beócia da necessidade de apoiar militarmente os seus aliados lócrios. Para Buck (1993, p. 96), os rumores e relatos incertos que circularam sobre a trama organizada pelos partidários de Ismêneas partiram do julgamento contra ele – pelas acusações de medismo e suborno –, realizado em 382, em uma Tebas com a acrópole ocupada por uma guarnição espartana e perante um tribunal composto por três juízes lacedemônios e um de cada uma das cidades aliadas (cf. Xen. *Hel.* 5.2.35-36; Plut. *Pelop.* 5.3; *Mor.* 576a).

¹⁶ Possivelmente porque, como Bruce (1967, p. 120) aponta, os beócios como um todo não deveriam ter contemplado a possibilidade de uma nova guerra contra Esparta.

¹⁷ Para uma leitura jurídica da natureza e das implicações da concatenação de *symmachiai* que entram em jogo, ver Alonso Troncoso (1997, p. 22-29).

¹⁸ McKay (1953, p. 6) já havia notado a aparente inconsistência do anônimo de Oxirrínco de o quão estranho foi os tebanos terem convencido os seus antigos inimigos da Fócida a executarem um plano que levaria à invasão e pilhagem de seu território pelos beócios. No entanto, a versão do historiador de Oxirrínco, que parece excelentemente informado, poderia ser salva se houvesse suborno ou se os interesses desses agentes focídios coincidissem com os de Ismêniás e Andróclides. Cook (1981, p. 234-235), por exemplo, relata em acreditar que o anônimo de Oxirrínco cometeu tal erro e Bonamente (1973, p. 127) pensa que, precisamente por se tratar de uma abordagem não oficial e secreta, é mais lógico que deveria ser com os focídios hostis, visto que os lócrios já estavam ao seu lado. Outra alternativa que tenta salvar a credibilidade de P, embora seja verdade que mina o seu crédito como historiador, é a defendida por Bruce (1960, p. 85, reafirmada em 1967, p. 119), a qual, como dissemos acima, repousa sobre a suposição de que toda a manobra foi fabricada pelos oponentes políticos de Ismêniás, de forma que P também cairia nas redes do engano. Finalmente, a sugestão de Tuplin (1993, p. 62 n. 47) de que os tebanos foram capazes de subornar os dois povos ao mesmo tempo se deu pela (infrutífera) tentativa de reconciliar as tradições de Xenofonte e P.

¹⁹ Ciente disso, Xenofonte (*Hel.* 3.5.4) retoma o argumento focídio, apresentado por seus embaixadores em Esparta, de que eles não tinham começado a guerra, mas apenas se defendido dos lócrios.

²⁰ A rigor, este não é um ultimato formal anterior ao início das hostilidades – visto que os tebanos ainda não haviam violado as fronteiras da Fócida – embora, obviamente, essa manobra diplomática tenha exercido coerção sobre o estado receptor (cf. Alonso Troncoso [1995, p. 244-250]), e não arbitragem, apesar de a encontrarmos na lista de Piccirilli (1973, nº 34). Para Accame (1951, p. 25; 1966, p. 103), seguido por Hamilton (1979, p. 194-195), Cook (1981, p. 239) e Valente (2014, p. 95), Xenofonte omite todos os vestígios desta embaixada espartana na Beócia para não danificar a imagem de uma Esparta toda poderosa que anseia por vingança contra os tebanos; Hamilton (1979, p. 194-195), seguido por Pascual González (1995a, p. 692-693), acrescenta que a embaixada seria uma concessão dos *falções* espartanos às *pombas*, presumivelmente lideradas pelo rei Pausânias, e o seu fracasso seria explicado pelo tom arrogante e imperativo exibido pelos enviados espartanos (de acordo com a sua declaração de ἄρχειν τῆς Ἑλλάδος, como Grenfell e Hunt [1908, p. 233] já apontaram). No entanto, Lendon (1989, p. 313 n. 61) não acredita que a dureza verbal dos embaixadores esteja de acordo com uma hipotética vontade de buscar um entendimento por parte dos espartanos “moderados”. Mais consistentemente, em nossa opinião, Perlman (1964, p. 66) dá à reivindicação espartana um valor meramente propagandístico, cuja única reivindicação seria se abster da responsabilidade perante os outros gregos no momento de determinar quem foi o culpado pela abertura das hostilidades. Buckler (2004, p. 407) interpreta que, se eles tivessem cedido, os tebanos teriam sido submetidos a um julgamento real – isso nega qualquer tipo de arbitragem – perante um tribunal formado por Esparta e seus aliados.

²¹ Cook (1981, p. 250-255; 1990, p. 59-60) pensa que o objetivo principal desta campanha foi fazer da Fócida o palco da guerra contra Esparta, ideia que parte da premissa do autor, segundo a qual Ismêniás nunca teve a intenção de remover o conflito de seu contexto grego central. Cawkwell (1976, p. 81) também sugere que os beócios tinham a anexação como objetivo final. Ao contrário, Bruce (1967, p. 121), aceito por Buck (1994, p. 35), viu no ataque uma expedição meramente punitiva, organizada de forma prematura (διὰ ταχέων) e sem levantar o grosso do exército federal, a fim de causar o maior dano possível, embora sem planos preconcebidos ou reais pretensões de conquista. Isso pode

ser verdade, mas não reforça a tese britânica de que os tebanos não pretendiam desencadear um conflito com Esparta. Como McKechnie e Kern (1988, p. 170) apontam, essa ação punitiva contra os focídios foi suficiente para que os tebanos provocassem uma reação dos aliados espartanos.

²² *Hel. Oxy.* 17,1; cf. *Xen. Hel.* 2.4.1. Plutarco (*Lys.* 27-28.1) recolhe a mesma lista de queixas – exceto o incidente em Áulis, que substituiu pelo descontentamento beócio pelo dinheiro enviado por Lisandro à Esparta –, mas personalizando-as em um Lisandro irritadiço, de quem Queroneia responsabiliza por pressionar os éforos a decretar a mobilização contra os beócios. Com bom senso, Bommelaer (1981, p. 192-193) pensa que Plutarco exagera o poder e a influência de Lisandro dentro de Esparta, o que não impede o vencedor de Egospótamo de unir sua voz à daqueles que clamavam pela guerra, não por um desejo ridículo de vingança, como quer Plutarco, mas para “*déplacer vers l’Europe le centre de gravité de la politique lacédémonienne afin d’y jouer un rôle de premier plan*”.

²³ É difícil aceitar a propaganda de Xenofonte nesta passagem, uma vez que é mais do que duvidoso que os espartanos viam com agrado a abertura das hostilidades na Grécia, ainda mais quando Agesilau estava indo bem na campanha asiática.

²⁴ A exceção é Tuplin (1993, p. 169-170), que descarta os dados de Pausânias apenas porque não os encontramos nem em Xenofonte nem em P (e, claro, porque isso danifica irrevogavelmente a sua datação do conflito lócrido-focídio no final do verão de 395). Como no episódio da missão de Timócrates (*vid. infra*), é claro que o periegeta fornece informações derivadas de, pelo menos, uma terceira perspectiva historiográfica.

²⁵ Na esteira de Grenfell e Hunt (1908, p. 233), Accame (1951, p. 42; 1966, p. 104-106) classificou essa embaixada como uma invenção do periegeta, “como uma extensão e objetivação da história de Xenofonte”, da qual, no entanto, separa-se para dar maior relevância aos atenienses. No mesmo sentido, pronunciaram-se Cook (1981, p. 242), Buck (1994, p. 32; 1998, p. 97 n. 10) e Buckler (2004, p. 407-408). A visão contrária reside em Bruce (1967, p. 120), Cloché (1919, p. 165-166), Piccirilli (1973, p. 151-152), Saur (1978, p. 210 n. 22), Hamilton (1979, p. 204-205), Strauss (1986, p. 112-113), Alonso Troncoso (1995, p. 250; 1997, p. 27, 36; 1999, p. 61-62) e Pascual González (1995a, p. 693-694), os quais aceitam o testemunho de Pausânias, o primeiro (Cook) por alegar que não se pode descartar que P comentou sobre esta embaixada mais tarde em sua história, em uma passagem perdida, os demais porque buscam uma explicação da própria embaixada na hipótese de que talvez tenha sido uma concessão por parte do Trasíbulo à classe privilegiada ateniense, relutante em conflito iminente.

²⁶ Vide Lewis (1989, p. 232-233). Plutarco (*Ages.* 15,8) coloca na boca de Agesilau a frase carregada de ironia de que o Rei o estava expulsando da Ásia com dez mil “arqueiros” (trinta mil em Plutarco *Artax.* 20.6 e *Mor.* 211b), em referência ao tipo monetário dos dáricos em ouro, no qual o rei persa era representado como um arqueiro. Embora Krentz (1995, p. 195) sugira que 10.000 seja um valor de alto padrão para subsídios persas, citando apenas mais um exemplo (Ciro dá a mesma quantia para Clearco em *Xen. An.* 1.1.9), esse valor é mais provável que apareça na sentença em *Vida de Agesilau* (μυριοίς) devendo ser emendado por trinta mil (τριμυριοίς), em consonância com os outros dois manuscritos de Plutarco. Como cada dárico vale vinte dracmas, os trinta mil dáricos são, portanto, iguais a sessenta mil dracmas, ou seja, cem talentos (e não cinquenta).

²⁷ “*Somma veramente irrisoria per il vasto tentativo di corruzione che si voleva intraprendere*” (ACCAME, 1978, p. 140-141). Cook (1990b) acredita que dados aos *prostátai* das principais facções antilacônias como um presente pessoal, os cinquenta talentos

poderiam render frutos muito mais satisfatórios. Buck (1993, p. 95) admite que uma pequena parte desse dinheiro poderia ser destinada a doações privadas, mas a maior parte da quantia deveria ser uma garantia do compromisso financeiro persa com a causa antiespartana.

²⁸ Para Funke (1980, p. 57) e Valente (2014, p. 89), é uma prévia dos argumentos que levaram os gregos a aceitarem o suborno persa na figura de Timócrates. O pesado fardo financeiro que a guerra acarreta é um fator especialmente destacado por Kagan (1961) ao explicar a relutância dos estados descontentes com Esparta em opor-se ativamente à sua política imperial.

²⁹ Sobre esses fatos, ver Fornis (2008) e Pascual González (2016).

³⁰ Lewis (1989) e Galvagno (2001, p. 102-104).

³¹ Pausânias (6.7.6), baseado em Androcão (*FGrH* 324 F 46). Lehmann (1978, p. 86-87), Hofstetter (1978, p. 53-54, n. 92), Funke (1980, p. 55-56 n. 31) e Rung (2004, p. 421-422) não hesitam em associar Dorieu aos interesses persas e conectar a sua missão com a de Timócrates.

³² Na opinião de Accame (1951, p. 31-32; 1966, p. 111-113), a passagem que exonera os atenienses da mácula do suborno teria sido inserida por Xenofonte posteriormente, quando, após 375, houve uma reaproximação diplomática entre atenienses e lacedemônios. Por outro lado, segundo Badian (1995, p. 83), Xenofonte nunca deixou de ser um ateniense leal e esta é uma das ocasiões em que o demonstra ao longo da sua obra. Até onde sabemos, com a possível exceção de Tuplin (1993, p. 61), para quem Xenofonte não age dessa maneira por razões “patrióticas”, mas para satirizar as expectativas atenienses de império, nenhum estudioso atualmente nega que Atenas foi visitada pelo emissário de Rodes. Bruce (1966, p. 277) procura reconciliar o testemunho de Xenofonte com o do anônimo de Oxirinto, argumentando que os atenienses foram capazes de recusar o dinheiro no início, mas depois a facção “radical” de Epicrates e Céfalo arranhou uma embaixada não oficial ao rei para mostrar a sua disponibilidade.

³³ Hamilton (1979, p. 192, 198), Lendon (1989, p. 311), Buck (1998, p. 96) e Rung (2004, p. 423) sugerem que Timócrates foi capaz de realizar um trabalho de mediação ou coordenação estratégica, o que é negado pela cadeia de eventos que levou ao início do conflito, em que cada grupo atuou inteiramente por conta própria (os tebanos são os primeiros a enfrentar a confederação beócia com Esparta, então ganham a aliança de Atenas e, somente quando os lacedemônios sofrem a derrota humilhante de Haliarto, Corinto e Argos aderem à coligação). Do nosso ponto de vista, o vínculo estabelecido por Timócrates é econômico e ideológico.

³⁴ Cf. Bruce (1967, p. 110-111); Krentz (1995, p. 195); Buckler (2004, p. 401). Nem Galaxidoro nem Anfitêmis são conhecidos de qualquer outra fonte.

³⁵ Várias são as fontes que se referem à corrupção ou ao enriquecimento ilícito de Epicrates durante a Guerra de Corinto: a oração 27 de Lísias (desde que seja o mesmo Epicrates, o de Cefisia); *Ar. Ecol.* 71; Platão *Cômicos* fr. 119 Edmonds (o fragmento corresponde à obra *πρέσβεις*, de 393/2); *Ath.* 251a-b, que cita Hegesandro.

³⁶ *Pace* Tuplin (1993, p. 170). É provável que a chegada de Timócrates à Grécia tenha sido tratada com a amplitude que merece na parte correspondente – infelizmente perdida – segundo a narração diacrônica dos acontecimentos.

³⁷ Zunkel (1911, p. 8-15); Beloch (1922, p. 66, 216); Kagan (1961, p. 322); Perlman (1964, p. 7 n.11); Seager (1967, p. 95 com n. 2); Lehmann (1978, p. 111-112); Funke (1980, p. 55-57,68); Strauss (1986, p. 109-110 com n. 73); Cartledge (1987, p. 290); Cook (1990b, p. 69 n. 1); Corsaro (1994, p. 118); Buck (1998, p. 95). Seguindo em parte os primeiros editores dos fragmentos de papiro de Londres, Grenfell e Hunt (1908, p. 205), Accame (1951, p. 29; 1966, p. 108-

109) baseia-se em uma ordem narrativa linear teórica de P até datar a jornada do ródio ao verão de 397, embora a passagem em questão não tenha referência cronológica e pareça mais uma digressão a respeito dos demagogos atenienses Céfalo e Epícrates (este argumento é retomado e se torna complicado com uma ordem aleatória de navarcos espartanos em Accame [1978, p. 130-142]). Por outro lado, a menção de Farnábazo é inequívoca. Também Treves (1937, p. 115, 124), Hofstetter (1978, p. 185), Sensi Sestito (1979, p. 29 com n. 83), que não descarta mais de uma viagem; Cook (1981, p. 99; 1990b, p. 69), Besso (1997, p. 47 n. 16) e Valente (2014, p. 57-58, 89-90) defendem o ano 397. Este ano tem a desvantagem de privar a missão de Timócrates de seu principal *leitmotiv*, o de desviar Agesilau dos domínios persas na Ásia Menor, visto que o rei espartano ainda não havia embarcado na expedição. Lendon (1989, p. 310) e Lewis (1989, p. 232-233) aceitam as informações do Oxirrincos sobre a identificação de Farnábazo, mas não decidem sobre uma data específica. Lenschau (1933), Barbieri (1955, p. 97-98), Bruce (1966, p. 276-277; 1967, p. 58-60), Saur (1978, p. 208 n. 15), Hamilton (1979, p. 183, 190, 204, 207) e, recentemente, Galvagno (2001, p. 106-107 n. 49) tentaram minimizar as discrepâncias entre Xenofonte e P argumentando que Timócrates foi capaz de fazer duas viagens, a primeira em 397 ou 396, a pedido de Farnábazo, e a segunda no final do verão de 395, quando a guerra já havia começado, ordenado por Titraustes, em cada um dos quais ele distribuiria cinquenta talentos. Isso explicaria a frase de Agesilau citada acima, na qual dizia que o rei o expulsara da Ásia com trinta mil “arqueiros” (dárnicos), ou seja, cem talentos (Plut. *Artax.* 20.6; *Mor.* 211b). Concordamos com Badian (1995, p. 83 n. 12) na desconfiança que desperta este tipo de teorias *ad hoc*. O que se pode dizer, então, de Bonamente (1973, p. 65-69, 113-120), que chega a acrescentar a possibilidade de uma terceira chegada a solo grego de um representante persa, de identidade desconhecida, que se situa cronologicamente entre os outros dois, especificamente entre a batalha de Sardes e a invasão focídica na Lócrida. A possibilidade de mais de uma viagem de Timócrates é totalmente descartada por Valente (2012). Nem parece convincente, porque força demais sobre as informações das fontes, a recente tentativa de Rung (2004) de encadear todas as hipóteses possíveis. Esse autor procura, sobretudo, reabilitar a credibilidade de Xenofonte – embora modifique a sua sucessão de navarcos lacedemônios – antecipando a chegada de Titraustes a Sárdis – que teria saído de Susa antes da Batalha de Sardis – e desvinculando-o do propósito de “punir” para Tisafernes (isso já havia sido sugerido por Beloch [1922, p. 46] e Lewis [1977, p. 142 n. 47]), o que não implicaria, ao mesmo tempo, desacreditar P em sua afirmação de que foi Farnábazo quem enviou Timócrates (na verdade, por conselho de Cónon, teria patrocinado uma ideia que mais tarde seu superior em comando, os *káranos* Titraustes, teria feito sua para a propor ao Rei). Esta última hipótese, exceto pelo papel de Cónon, é compartilhada por Buckler (2004, p. 398), que acrescenta que Xenofonte não quis envolver Farnábazo na missão de Timócrates por admiração a ele e pelos vínculos que estabeleceu com Agesilau.

³⁸ Ver especialmente Lehmann (1978), Funke (1980, p. 46-57) e Lendon (1989), que, além de apoiarem a opinião do historiador de Oxirrincos, sugestivamente relacionaram a situação de *stásis* interna que existia em Tebas com a evolução interna da sociedade espartana contemporânea, na qual a ascensão de Agesilau ao trono no início do século significou o triunfo da facção mais imperialista, aquela encarnada por Lisandro (ao contrário de Lendon, não acreditamos que a facção de Pausânias possa ser rotulada como pacifista, pelo contrário, não defendem um imperialismo extremo), ponto em que as interferências na política interna tebana não cessaram de ocorrer, precipitando assim as ações de Ismênias. Ao contrário, Bruce (1960), Perlman (1964) e Pascual González

(1995b, p. 190-192) minimizam a luta faccional dentro das cidades, bem como a interferência espartana nas políticas internas de outros estados. As divergências entre as tradições de Xenofonte e P não são subestimadas pelo argumento de Tuplin (1993, p. 62) de que, em outras partes de seu relato, o primeiro não esconde episódios de oposição a Esparta. Como Galvagno (2001, p. 109) lembrou, em outras passagens de sua história, “*l’anonimo cerca, tuttavia, con l’accusa di tirchieria, di sminuirne l’incidenza dell’oro persiano*”.

³⁹ O mesmo argumento é encontrado, meio século depois, na nona carta de Isócrates, dirigida a Arquidamo; o professor de retórica escreve que, ao fomentar a discórdia entre os gregos “por causa de sua atividade em favor de seus amigos”, Agesilau não teve tempo de lutar contra o bárbaro (13-14).

⁴⁰ P conta, em uma curta digressão, que Timolau saqueou algumas ilhas sob a influência ateniense, derrotou o estrategista ateniense Símico e promoveu a deserção de Tasos, possivelmente no final de 411. Poliantes também prestou bons serviços à sua terra natal na última fase da Guerra do Peloponeso, apesar de que P não o caracteriza como laconizante. Em 413, ele liderou a frota coríntia que enfrentou com sucesso os atenienses nas proximidades de Naupacto e garantiu a chegada de reforços do Peloponeso à Siracusa (Th. 7.34.2).

⁴¹ Atenas seria apontada não apenas pela inexistência de uma facção laconizante nessa época (cf. BRUCE, 1963), o que parece bastante óbvio, mas por ter uma perspectiva mais ampla que vai além de razões personalistas e faccionais: a pretensão de recuperar o seu papel hegemônico no Egeu (BONAMENTE, 1973, p. 70-72).

⁴² Como lembra Accame (1951, p. 30), ao longo do discurso tebano em Atenas (3.5.12-13), Xenofonte admite implicitamente tanto os efeitos do desenvolvimento imperialista espartano quanto as outras motivações tebanas, além da corrupção de seus líderes.

⁴³ Barbieri (1955, p. 93, 164-165) dá a esse testemunho excessivo crédito por ser o único que pode agarrar-se à sua tese de que Cónon foi o mentor das sombras que projetou e organizou o plano para provocar o conflito. A teoria permeou Rung (2004, p. 419), para quem Cónon propôs a Timócrates “dentre os seus amigos democratas de Rodes”.

⁴⁴ Estas são as palavras de Costa (1974, p. 49).